

# Nota prévia

## **80 Anos da Guerra Civil de Espanha. Um outro olhar – o olhar do outro**

Lembro-me de ter dito um dia a Arthur Koestler: “A História parou em 1936”, ao que ele acenou afirmativamente com a cabeça. Estávamos ambos a pensar no totalitarismo em geral, mas em particular na Guerra Civil de Espanha.

(George Orwell, *Recordando a Guerra Civil de Espanha*)

Por que razão evocar, em Portugal, os 80 anos da Guerra Civil de Espanha? Trata-se de uma pergunta legítima, pelo facto de se relembrar uma guerra na qual Portugal, oficialmente, não teve uma participação ativa. Com efeito, foi esta a perspetiva que se adotou durante muito tempo: que se tratou de uma guerra entre espanhóis em que também intervieram potências outras fascistas, como a Alemanha ou a Itália, mas em que o vizinho Portugal ficou mais ou menos de fora, na medida em que se limitou a facultar um irrelevante apoio logístico aos sublevados. A investigação atual, porém, tem vindo a desmontar esta imagem de aparente neutralidade e a demonstrar a ativa participação portuguesa na contenda espanhola em apreço.

A interrogação acima é contudo legítima. Na verdade, faz todo o sentido evocar uma efeméride alegre, como o nascimento de um grande poeta ou do médico que descobre um novo tratamento contra uma doença mortal. Será todavia sensato evocar o começo de uma guerra sangrenta, que foi palco das mais arrepiantes barbáries que o ser humano pôde conceber contra o seu próximo?... Para responder a esta questão podem ser aduzidas duas razões principais que tornam esta evocação não apenas apropriada, mas até necessária.

Em primeiro lugar, e de forma mais superficial, podemos dizer que, ao deixarmos de comemorar um acontecimento alegre e digno de celebração, arriscamo-nos a esquecer-nos dele. Por outro lado, é certamente muito perigosa a possibilidade de esquecer, de desvalorizar, ou até de negar atrocidades cometidas, pois corre-se o risco de os mesmos erros poderem vir a repetir-se ciclicamente. Será legítimo ou correto continuar a olhar para o lado para não ver refugiados

que morrem na sua tentativa de viver em paz, para não ver crianças que são separadas dos pais sem quaisquer apoios, de psicólogos, de advogados ou de assistentes sociais, para não ver pessoas que se veem obrigados a viver na rua, porque um banco arrestou a sua casa? Neste sentido, a Guerra Civil de Espanha foi igualmente um dos acontecimentos mais terríveis e marcantes da História do século XX. A luta fratricida, o combate entre ideologias irreconciliáveis, as novas técnicas bélicas utilizadas contra a população civil, as barbáries perpetradas pelos participantes na contenda e a longa e cruel ditadura que dela surgiria marcaram, para sempre, o imaginário do povo espanhol e de outros povos vizinhos que, de uma forma ou de outra, se viram também envolvidos nessa luta.

Em segundo lugar, e sobretudo, porque nesta época de incúria, apatia e desídia que costumamos designar pomposamente de pós-modernidade, nesta época em que a ideologia foi decapitada por conveniências, é preciso olhar para aquela que foi talvez a última guerra fratricida na Europa movida por ideais. Milhares de estrangeiros decidiram participar ativamente num conflito que não se prendia com razões económicas ou com questões territoriais. Lutaram antes movidos pelo triunfo de um ideal de progresso social e pela derrota do fascismo. Nesta época em que vivemos, em que déspotas obstinados e machistas têm vindo a subir ao poder, nesta época em que os grupos de ultradireita conseguem convencer os eleitores, um pouco por toda a Europa, a apoiarem as suas visões nacionalistas, xenófobas e racistas, ganha uma pertinência redobrada evocar pessoas e mundividências do mesmo género, contribuindo assim para intensificar uma tomada de consciência generalizada tendente a travar eventuais investidas sangrentas análogas.

O tema *80 anos da Guerra Civil de Espanha. Um outro olhar – O olhar do outro* pretende, no octogésimo aniversário do conflito, explorar sobretudo a visão que dela tiveram outros povos, nomeadamente o português, ainda que não só. Povos que não puderam permanecer indiferentes perante as atrocidades de um duelo que dividiu e apaixonou as populações, do ponto de vista belicista, político e humanitário, mas que inspirou, também, grandes obras de arte, designadamente nos domínios da pintura e da literatura. A visão do outro, além disso, torna-se necessária, porque as visões oriundas de Espanha tendem sempre a ser analisadas como partidárias. Ainda nos dias de hoje, cada facção das «duas Espanhas», segundo a expressão do poeta sevilhano Antonio Machado, critica a visão da guerra da outra, decerto até com mais força, como se verificou nas recentes controvérsias no âmbito da exumação dos restos mortais do ditador do Vale dos Caídos. A receção portuguesa deste conflito contribuirá decerto para esclarecer muitos dos preconceitos sobre a Guerra Civil de Espanha.

A evocação dos 80 anos da Guerra Civil da vizinha Espanha através da perspectiva dos recetores portugueses ganha assim uma relevância muito especial.

Os artigos que integram o presente volume facultam uma interessante amostra da visão do outro, de um vizinho, sobre este episódio marcante na História do século passado. A especialista portuguesa Inês Espada Vieira analisa, de fora, a visão que em Espanha se teve da guerra, através de uma revisão da evolução das três fases das políticas de memória praticadas neste país desde os inícios do regime franquista até à atualidade. Uma contextualização deste teor ajuda a compreender o impacto que a memória do conflito ainda tem na sociedade espanhola e a complexidade das políticas públicas sobre questões de memória histórica por parte dos sucessivos governos.

Antes de se apresentar uma visão da Guerra Civil por recetores portugueses, o artigo de Gorete Marques debruça-se sobre o testemunho de um dos primeiros intelectuais franceses que conseguiram abdicar da perceção do conflito que lhes era supostamente própria. Georges Bernanos, como católico, defendeu num primeiro momento o bando dos rebeldes, como seria natural, tendo em conta o pendor abertamente anticlerical e antirreligioso do lado republicano, mas, como a investigadora demonstra incontestavelmente, as hipocrisias de uma facção que se dizia cristã, enquanto aprovava cruéis fuzilamentos contrários às ideologias do catolicismo, levaram-no a partilhar da visão de um comunismo mais sincero, ainda que claramente ateu, apesar da incompreensão dos seus contemporâneos.

Os quatro artigos que compõem a parte central deste volume centram-se na perspectiva da Guerra presente na Literatura e nos meios de comunicação social portugueses.

António Apolinário Lourenço analisa no seu artigo dois romances de Manuel de Seabra, em que ecoam as reflexões sobre a contenda espanhola feitas por Miguel Torga, testemunha da tensão que se vivia na retaguarda controlada pelos rebeldes antirrepublicanos, na fronteira com Portugal. O acurado estudo destas obras, da *visão* da Guerra de Torga (que inclui em si própria uma revisão, ao ter publicado um texto mais alargado, com o relaxamento da censura após a morte de Salazar) e da *revisão* feita por Seabra, é revelador do impacto que a crueldade do conflito e a arrogância do totalitarismo tiveram nos intelectuais mais sensíveis ao sofrimento das populações.

O texto de Nuno Júdice explora igualmente o impacto da Guerra Civil de Espanha na literatura portuguesa, centrando-se todavia no singular do fuzilamento de Federico García Lorca. Sublinha habilmente a escassa relevância que o acontecimento mereceu na imprensa, nomeadamente no *Diário de*

*Lisboa*, onde a notícia foi atenuada por uma série de informações erradas ou manifestamente falsas que nunca foram desmentidas. Em contrapartida, e apesar da censura, o fuzilamento foi abordado nas obras de vários escritores e críticos literários, que não deixaram que o cruel assassinio de um poeta de fama mundial passasse quase despercebido em Portugal. Nuno Júdice afirma que «não será muito fácil, hoje, ter consciência de qual poderia ser a opinião dominante naquele tempo em Portugal acerca do que se passava em Espanha [...]». Seria necessário, como é óbvio, um extenso trabalho de leitura comparada dos jornais portugueses».

Precisamente, o texto de Carlos de Miguel Mora tenta dar um contributo para estudos posteriores, mais alargados, sobre esta questão levantada por Nuno Júdice, baseando-se na imprensa local do distrito de Aveiro, que contava com um grande número de jornais. O autor escolhe alguns deles, que são representativos de cada uma das tendências em que foram classificados pelo Secretariado de Propaganda Nacional: situacionistas, simpatizantes, neutros e anti-situacionistas. O estudo tenta demonstrar que o endurecimento da censura, nos primeiros momentos da guerra, foi alterando a visão destes jornais. Finalmente, centra-se na conhecida figura de Homem Cristo, diretor de *O povo de Aveiro*, o único que se manteve fiel aos seus princípios, apesar das pressões que sofreu.

De um modo geral, os jornais adotaram o ponto de vista dos insurretos, aquele que convinha ao Estado salazarista. O mesmo aconteceu com as emissões radiofónicas. O documentado estudo de Alberto Pena Rodríguez analisa com exaustivo rigor o papel da rádio portuguesa como difusora da propaganda da facção franquista, bem como o controle e a censura impostos pelo Governo de Salazar para evitar que se difundissem pontos de vista alheios à versão oficial. O apoio à visão do lado rebelde nem sempre foi absolutamente descarado, pois houve momentos, sobretudo no início da Guerra, em que a Emissora Nacional teve de aparentar uma certa neutralidade para que tivesse sucesso o plano salazarista de servir de apoio diplomático aos rebeldes nos foros internacionais. A análise de Alberto Pena é reveladora das diferentes estratégias tendenciosas que foram utilizadas para difundir as mensagens desejadas em diferentes momentos, incluindo a preocupação em evitar que outros pontos de vista fossem ouvidos.

Por fim, passando do apoio logístico e diplomático à intervenção direta, mas agora em defesa da facção republicana, Heloísa Paulo descreve, no seu texto não só rigoroso, mas também empolgante, as relações entre os exilados portugueses, fugidos de Portugal depois da ditadura militar e do regime fascista, e a República espanhola. Estas relações começam após o estabelecimento da República em

Espanha em 1931. Madrid foi o centro das operações da luta contra o regime de Salazar. Após o início da Guerra Civil, os exilados tomaram ativamente o partido do Governo espanhol contra os rebeldes, participando nas operações de guerra e chegando até a assumir importantes postos de chefia. Este artigo apresenta uma novidade assinalável, porquanto a grande maioria dos estudos sobre as relações dos dois países durante a Guerra Civil tem vindo a centrar-se no apoio do regime salazarista aos rebeldes franquistas.

É, portanto, um olhar novo que os artigos apresentados neste volume lançam sobre a Guerra Civil de Espanha, um outro olhar: o olhar do outro, um ponto de vista diferente, a partir de fora, que faculta uma estranheza e uma objetividade de que muitas vezes carece o olhar reflexivo dos próprios.

### «Guernica»: quando a Arte *faz* a História

A luta contra o fascismo espanhol traduziu-se num momento essencial para os intelectuais do mundo inteiro. Foram, até há pouco, identificados mais de 16 mil livros sobre a Guerra Civil de Espanha, alguns, fruto da vivência do conflito, como os romances *A Esperança*, de André Malraux, *Por quem os sinos dobram*, de Ernest Hemingway, ou *Homenagem à Catalunha*, uma memória desapontada de George Orwell. O romance de Hemingway e particularmente o livro de Orwell foram recebidos com polémica pelos antifascistas, que não gostaram de aí ver reveladas a incompetência dos líderes e as purgas internas do campo republicano. Nesse conflito, Orwell descobriu que, mesmo lutando por uma causa, a guerra não é para heróis.

Ao longo de várias décadas, as memórias da Guerra Civil de Espanha foram expurgadas do registo artístico. Um pacto de esquecimento que se manteve mesmo durante a democracia.

No cinema, não existe verdadeiramente um filme sobre a Guerra Civil de Espanha que tenha marcado os espíritos. O cinema nunca interessou ao franquismo, que se limitou a recalá-lo, dando origem a décadas de produção menor. Reconhecíveis, para os portugueses, serão talvez *Belle Époque*, de Fernando Trueba, divertido e ternurento, sobre os anos pré-guerra, e o *Labyrinth of Fauna*, tétrico conto de fadas de Guillermo del Toro, sobre os anos pós-guerra, ambos galardoados com o Óscar de melhor filme estrangeiro (1993 e 2007). No domínio da fotografia, *A Morte de um Meliciano* é a grande representação da Guerra Civil de Espanha. As imagens de Robert Capa mostram o horror desses anos em que grande parte do mundo permaneceu em silêncio.

No campo da poesia, a par de uma poesia espanhola que glorifica o povo, os poemas são usados como panfletos subversivos a que dão voz, entre outros, León Felipe, Pablo Neruda, cônsul em Espanha durante o conflito, Rafael Alberti que, em *Capital de la Gloria*, reuniu os poemas que leu para os companheiros durante os bombardeamentos de Madrid.

A pintura terá sido, porventura, uma das artes que mais testemunharam a dor e a crueldade da luta fratricida que rasgou todo o país: a obra de Miró, dominada pelo negro, denuncia a violência e a crueza dos tempos, através de quadros cheios de sombras e de inquietude, como «Natureza morta com Sapato». Mas é com o cartaz «Aidez l'Espagne» que Miró apela à união pela causa republicana. Os cartazes foram, aliás, uma das manifestações artísticas mais férteis neste conflito, e invadem o pavilhão de Espanha na Exposição de Paris, onde também são mostrados documentários como «Madrid 36», de Luis Buñuel ou «Spain in Flames», de John dos Passos. Já a propaganda de Franco é veiculada pelo pavilhão do Vaticano.

Em 1937, num panfleto intitulado «Sonho e Mentira de Franco», vendido em Paris para recolha de fundos destinados à causa republicana, Picasso retratou o General *Caudillo*, a cavalo, conferindo-lhe a aparência monstruosa de uma lesma assassina de mulheres e crianças. Com vestes eclesiásticas, Franco destrói a cultura e semeia ignorância e morte, até ser trespassado por um touro – o povo espanhol. Surgem, nestes desenhos, figuras que se assemelham às de «Guernica», a denúncia maior do Mal que atravessou a Guerra Civil de Espanha. Uma tela de cerca de oito por três metros e meio, para a qual Picasso transportou o grito de dor da população massacrada pela Legião Condor nazi. Essa visão de pesadelo chocou o público da Exposição Internacional de Paris, nesse ano de 1937, inquietou os nacionalistas e desiludiu os republicanos. No seu testamento, Picasso estipulou que «Guernica» pertencia ao povo espanhol mas só poderia entrar em Espanha quando o povo tivesse recuperado as liberdades que lhe haviam sido arrancadas. Assim, o quadro, a que chamaram «o último exilado», como se de uma pessoa se tratasse, deambulou pelo mundo (depois de exposições por toda a Europa, permaneceu 42 anos, no MoMA, em Nova Iorque), atingindo, ao longo do tempo, o estatuto de símbolo universal. A sua chegada a Espanha, em 1981, assinalada por uma cerimónia que reuniu, lado a lado, partidários de Franco e resistentes antifascistas, como que sublinha e valida a transição democrática de todo um país e se assume como metáfora da reconciliação de todo um povo. Para Picasso, a pintura não tinha por função decorar apartamentos. Pela sua força, devia antes ser um instrumento de guerra, ofensivo e defensivo, uma bandeira e um símbolo. Com «Guernica», Picasso assinou

um verdadeiro acto político, dando a conhecer ao mundo o horror da violência gratuita perpetrada pelas forças de Hitler e Mussolini para quem Espanha, e Guernica muito particularmente, foram apenas o teatro das premissas da Segunda Guerra Mundial.

Assim, pela sua desmesura, pela sua expressividade na representação do Mal, da Dor, da Destruição, este mural cubista, monocromático em tons de cinza, preto e branco, impôs-se-nos, de imediato, como a imagem que melhor serviria a capa deste 7.º volume da II. série da *RUA-L*.

*Carlos de Miguel Mora*  
*Otilia Pires Martins*